

V

(Avisos)

PROCEDIMENTOS JURISDICIONAIS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Polymeles Protodikeio Athinon (Grécia) em 2 de julho de 2013 — Warner-Lambert Company LLC e Pfizer Ellas AE/ SiegerPharma Anonymi Farmakeftiki Etaireia

(Processo C-372/13)

(2014/C 78/02)

Língua do processo: grego

Órgão jurisdicional de reenvio

Polymeles Protodikeio Athinon.

Partes no processo principal

Recorrentes: Warner-Lambert Company LLC e Pfizer Ellas AE.

Recorrida: SiegerPharma Anonymi Farmakeftiki Etaireia.

O Tribunal de Justiça (Terceira Secção) decidiu por despacho fundamentado em 30 de janeiro de 2014.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Polymeles Protodikeio Athinon (Grécia) em 6 de agosto de 2013 — Warner-Lambert Company LLC e Pfizer Ellas AE/Minerva Farmakeftikis AE

(Processo C-462/13)

(2014/C 78/03)

Língua do processo: grego

Órgão jurisdicional de reenvio

Polymeles Protodikeio Athinon.

Partes no processo principal

Recorrentes: Warner-Lambert Company LLC e Pfizer Ellas AE.

Recorrida: Minerva Farmakeftikis AE

O Tribunal de Justiça (Terceira Secção) decidiu por despacho fundamentado em 30 de janeiro de 2014.

Ação intentada em 4 de dezembro de 2013 — Comissão Europeia/Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

(Processo C-640/13)

(2014/C 78/04)

Língua do processo: inglês

Partes

Demandante: Comissão Europeia (representantes: R. Lyal, W. Roels, agentes)

Demandado: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

O demandante conclui pedindo que o Tribunal de Justiça se digne:

— Declarar, que ao restringir retroativamente o direito dos contribuintes de recuperar o imposto que foi cobrado em violação do direito da União, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte não cumpriu as obrigações que lhe incumbem por força do artigo 4.º, n.º 3, TUE;

— condenar o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte nas despesas.

Legislação nacional em questão

A section 107 do Finance Act 2007 priva retroativamente os contribuintes do direito de recuperar o imposto que foi cobrado ilegalmente.